

Professores das escolas particulares do estado do Rio vão paralisar suas atividades dia 28 de abril

O Brasil diz não às reformas da previdência e trabalhista – no dia 28/04, Greve Geral Nacional

No dia 28 de abril será realizada a Greve Geral dos trabalhadores brasileiros contra as Reformas da Previdência e Trabalhista que o governo federal quer impor ao povo brasileiro, com a retirada de direitos e conquistas históricas.

A Feteerj e os Sindicatos filiados (Sinpros) convocam todos os professores e professoras que atuam em estabelecimentos particulares de ensino no estado do Rio de Janeiro à paralisar suas atividades no dia 28/04, que aqui em nosso estado, em relação à nossa categoria, terá a duração de 24 horas.

A categoria já participou com enorme sucesso da paralisação nacional do dia 15 de março, culminando com uma grande passeata, no Centro do Rio, que teve a presença de mais de 100 mil pessoas. Também em todo o Interior do estado, de acordo com o nível de paralisação de cada região, os Sindicatos mobilizaram a categoria, também participando de manifestações.

O governo ilegítimo de Temer alega que quer fazer a reforma porque a previdência social é deficitária, o que não é verdade. Cabe ao governo fiscalizar os empregadores, obrigando-os a cumprirem a legislação, arrecadando o dinheiro necessário à manutenção da Previdência Social.

Não vamos aceitar o fim da Previdência Social

A reforma de Temer está contida na Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016. Na verdade, ela não significa uma “reforma” da Previdência e sim o fim da aposentadoria, com a retirada de milhões de pessoas dos benefícios. Veja o que Temer quer fazer:

- 1) Acabar com a aposentadoria especial para o professor;
- 2) Aposentadoria por idade para todos apenas aos 65 anos, ignorando as diferenças entre homens ou mulheres, do meio rural ou urbano;
- 3) Exigência de 25 anos de contribuição – hoje a exigência é de 15 anos;
- 4) 49 anos de trabalho ininterrupto para o direito ao benefício integral;

- 5) Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição;
 - 6) A idade mínima não é fixa e irá aumentar à medida que a expectativa de vida da população aumente.
 - 7) Proíbe acúmulo de benefícios, como aposentadorias e pensões. O trabalhador poderá optar por apenas um dos benefícios;
 - 8) Desvincula benefícios assistenciais e pensões do salário mínimo nacional;
 - 9) Reconfigura a aposentadoria por invalidez (“aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho”) e propõe que o acesso ocorrerá apenas se não houver nenhuma possibilidade de readaptação.
- O papel do Poder Executivo – que ele não quer cumprir e quer fazer o trabalhador pagar a conta – deve ser o de reduzir o número absurdo de renúncias, criar instrumentos para cobrar, de fato, os devedores da Previdência Social, combater a sonegação e retomar urgentemente o crescimento econômico com a geração de emprego e renda.



Reforma trabalhista de Temer quer acabar com a CLT

Em 28 de abril, os professores dos estabelecimentos de ensino privado vão paralisar as atividades por 24 horas para protestar também contra a Reforma trabalhista que Temer quer impor.

Veja alguns pontos críticos de mais essa tentativa de retirar os direitos históricos da classe trabalhadora:

1. Desmonta a CLT, que regulamenta os direitos dos trabalhadores brasileiros como carteira assinada, férias remuneradas, descanso semanal remunerado e salário mínimo. Uma legislação que protege o mundo do Trabalho há mais de oitenta anos;
2. Implanta a terceirização total do trabalho nas atividades fins acabando com o

vínculo de emprego (leia texto a seguir);

3. Acaba com a política de reajuste do salário mínimo com índices acima da inflação;
4. Impõe uma reforma sindical, tentando fragilizar as entidades representativas dos trabalhadores.

Terceirização sem limites

No dia 22/03, a Câmara de Deputados aprovou o PL 4302/98, que libera a terceirização sem limites e permite a existência de empresas sem trabalhadores diretamente vinculados. Essa aprovação atinge os professores em cheio, pois os donos de escolas poderão contratar sem vínculo de emprego, apenas por contratos temporários. Mas a luta ainda não acabou, pois as Centrais sindicais e

deputados da oposição estão tentando derrubar juridicamente essa aberração.

Temos que ficar atentos e nos preparar para reagir a mais esse grave ataque aos nossos direitos. Principalmente agora, quando em conjunto com a luta contra as reformas começa a nossa campanha salarial (ver quadro a seguir).

Mesmo tendo aprovado o PL 4302, o governo teve a sua menor votação na Câmara. O que comprova que a reação da população nesses últimos dias conseguiu retirar votos da base governista. Comprova, também, que a PEC da reforma da previdência, que precisa de 2/3 dos votos e não a maioria simples de deputados, nesse momento, não passaria.

Campanha salarial 2017 dos professores do ensino privado

Os Sindicatos de Professores já iniciaram a luta por negociações coletivas em 2017 que garantam a recuperação das perdas salariais e impeçam qualquer retrocesso que signifique retirada de direitos de professores e professoras, sob o lema: nenhum direito a menos.

Em 2017, devido à conjuntura política e econômica extremamente contrária aos trabalhadores, necessitaremos de uma grande mobilização da categoria, em todas as regiões e níveis de ensino.

Sabemos que o ensino privado, que avança em nosso país em detrimento da escola pública, vem sendo loteado pelos "grupos educacionais", visando a atender muito mais os interesses mercadológicos do que a função social da educação. Através da oferta de um ensino pasteurizado e da exploração do trabalho docente, a escola privada, mais do que nunca, está virando mercadoria e, o professor,

infelizmente, incluído nesta fórmula perversa de mais trabalho e menos salário.

Temer já aprovou medida provisória de Reforma que acena para os grupos empresariais tomarem conta do ensino básico público. Ou seja, o professor que tradicionalmente busca se manter nos dois sistemas de ensino para tentar receber vencimentos mais dignos, agora se vê, como nunca, acossado pelos dois lados. É bom lembrar que, devido à atual crise do governo estadual, que atinge por extensão outros municípios, a situação em nosso estado se apresenta como a mais grave em relação ao restante do país.

Por isso, convocamos os professores e professoras dos estabelecimentos privados de ensino a uma adesão total à greve geral dia 28/04.

Em 28 de abril, a escola particular vai parar!
Nenhum direito a menos!
Reaja agora ou morra antes de se aposentar